



A CONSTITUINTE DE 1946: A BANCADA UDENISTA E A REINTERPRETAÇÃO DO TEMPO

Mayara Paiva de Souza*

Universidade Federal de Goiás – UFG

mayaratapajos@hotmail.com

RESUMO: O texto visa captar a percepção do tempo histórico e os projetos políticos da elite deposta em 1930 por meio da análise de seus discursos na Assembléia Nacional Constituinte de 1946. A análise da experiência desse grupo na constituinte daquele ano é pertinente para a discussão acerca da relação entre história e memória, uma vez que demonstra as múltiplas percepções de tempo e o retorno de uma “memória subterrânea” que luta pela sua institucionalização. Pensar a atuação dos exilados da Velha República na Constituinte de 1946 é um campo fértil para se pensar a escrita da história.

PALAVRAS-CHAVE: Constituinte de 1946 – Memória – História

ABSTRACT: This text aims to catch the perception of the historical time and the political projects of the elite group displaced in 1930 by the analysis of their discourses in the Assembly of 1946. The experience's analysis of this group is relevant to the discussion about the relation between history and memory, inasmuch as it shows several perceptions of the time and of a “subterranean memory” that wants its establishment. To think about the exiled people's performance of the **Velha República** (The Old Republic) in 1946 is a fertile field to think about the writing of the history.

KEYWORDS: Assembly of 1946 – Memory – History

Os discursos parlamentares da bancada udenista na Assembléia Nacional Constituinte de 1946, disponíveis nos Anais da Câmara dos Deputados, são fontes fundamentais para pensarmos o tempo histórico, isto é, a reinterpretação da “Era Vargas”, as tensões contemporâneas dos Constituintes e as apreensões em relação à imprevisibilidade do futuro. Os discursos udenistas pareciam ecoar as derrotas e frustrações da elite derrotada em 1930 e 1932. É como se cada integrante da União Democrática Nacional (UDN) representasse um porta-voz dos ressentimentos do grupo deposto e silenciado pelo regime varguista. A partir desses pronunciamentos parlamentares direcionamos as leituras acerca das décadas de 1930 e 1940 empenhados

* Mestranda em história pela Universidade Federal de Goiás.

na compreensão do significado histórico do insucesso político, procurando responder a uma questão: seria possível avaliar os perdedores pela ótica da “história oficial” das Revoluções de 1930-32, uma vez que a historiografia deste período aproxima-se de uma espécie de “epopéia do vencedor”?

Essa interrogação aponta os rumos de nossa pesquisa. O tenso diálogo entre a história e a memória e a formação de uma consciência histórica quase sempre formada pela memória dos vencedores despertou-nos o interesse pela memória das traições, das perseguições e do exílio. Discutir a memória desse período implica em discutir a historiografia e o lugar ocupado pelos personagens históricos, dando voz aos derrotados que também apresentavam um projeto político, projeto este fundado sob a bandeira anti-varguista. A análise dos discursos parlamentares dos integrantes do grupo deposto em 1930 pode contribuir para as reflexões sobre a história política brasileira ressaltando a subjetividade de personagens históricos que fizeram parte do grupo de exilados da Velha República. Além disso, a análise demonstra as diversas possibilidades de percepção do tempo histórico que não foram registrados pela historiografia. Não pretendemos fazer História dos vencidos, mas o ressurgimento dessas vozes demonstra o que a historiografia, em sua tensa relação com a memória, relegou ao esquecimento. Uma vez que os udenistas demonstram outra interpretação do governo Vargas e evidenciam as arbitrariedades do Estado Novo, arbitrariedades que foram, até certo ponto, esquecidas pela historiografia em sua construção de sentido. Nessa perspectiva, os debates parlamentares na Constituinte de 1946 representam um campo fértil para se pensar o tempo histórico, bem como a escrita da História em sua relação com a memória.

Partimos do princípio de que só perde o sentido aquilo que no presente não é percebido como visado pelo passado. A historiografia passa por sucessivas filtragens a partir das inquietações do presente do historiador. Nesse sentido, a “Era Vargas” foi sucessivamente traduzida e reinterpretada de acordo com o contexto de cada período. Nesse processo de filtragem, refazer e reinterpretar, alguns sujeitos históricos foram destituídos de sentido. Os vencedores da década de 1930 impuseram aos derrotados o exílio, o silêncio e o esquecimento.

Aprisionado ao discurso vencedor e destituído de sentido próprio, está o grupo anti-getulista que é caracterizado pela historiografia como “oligarquia” sem atentar para a heterogeneidade desse grupo e para a multiplicidade de interpretações do passado. De

todas as histórias possíveis sobre esse período tão conturbado da história do Brasil, partimos da memória para compreender outra forma de interpretação do passado e de elaboração de sentido.

A CONSTITUINTE DE 1946

Em 29 de outubro de 1945 o presidente da República, Getúlio Vargas, foi deposto do poder. Após 15 anos de governo – no qual grande parte do período foi marcado pelo regime ditatorial inaugurado com o Estado Novo em 1937 – Vargas deixava o poder pressionado pelas Forças Armadas e pela oposição Liberal. Um novo “tempo” era inaugurado no país. Apesar da vitória presidencial do antigo Ministro da Guerra durante o governo Vargas, Eurico Gaspar Dutra, a instalação da Assembléia Nacional Constituinte em 1946 trazia novos ares democráticos para um país que acabava de sair de um regime ditatorial e que via seus soldados regressarem da Europa após lutarem contra os regimes totalitários.

O contexto mundial demonstrava que aquele era o momento de retorno e fortalecimento do Liberalismo contra os governos totalitários. No Brasil, o período pós-Segunda Guerra Mundial era o momento propício para o fortalecimento da oposição contra o Governo Ditatorial. Após 15 anos de clandestinidade, lutas, prisões e exílios, a antiga oposição liberal contra Getúlio Vargas regressava ao cenário político sob a bandeira da União Democrática Nacional (UDN). Apesar de não conseguir eleger seu candidato presidencial, Brigadeiro Eduardo Gomes, a UDN conseguiu eleger a segunda maior bancada na Assembléia Nacional Constituinte de 1946. Nesse sentido, a Constituinte representava o lugar e momento ideal para julgar o Estado Novo, demonstrar as arbitrariedades do governo Vargas e, com a elaboração da nova Constituição, evitar o retorno do ditador.

Os homens apeados do poder em 1930 e derrotados no movimento paulista de 1932, ao regressarem ao cenário político em 1945, reunidos sob a UDN, tinham em comum a oposição e luta contra o ex-ditador. Portanto, a UDN representava uma espécie de anti-partido na Constituinte de 1946. Os discursos dos parlamentares udenistas na Constituinte revelam os ressentimentos e a tentativa de apagar o passado traumático marcado pelo arbítrio do estadonovismo. Em contrapartida, os pronunciamentos parlamentares dos integrantes das bancadas aliadas a Getúlio Vargas,

demonstram uma tentativa de consolidar e corroborar para a construção da imagem positiva do governo do ex-ditador. Nesse sentido, o texto pretende analisar como as dimensões temporais do passado, presente e futuro foram postas em relação na Constituinte de 1946; como os parlamentares udenistas pensaram o seu tempo movidos por ecos de ressentimentos, derrotas e traições que marcaram a trajetória do grupo desde a Revolução de 1930. Neste ponto incluímos a memória em sua conflituosa relação com a historiografia, uma vez que o grupo derrotado em 1930 e 32 representa uma memória marginalizada, o fim do Estado Novo, as eleições de 1945 e a Constituinte de 1946 representaram um momento fecundo para que essa memória marginalizada viesse à superfície. A Constituinte de 1946 é um campo fértil para se pensar as diversas possibilidades de interpretação do tempo histórico, bem como a relação entre História e Memória.

Segundo João Almino¹ aquele era o momento de repensar e reformular os fundamentos sobre os quais se assentava o velho edifício carcomido e começar tudo de novo, liberando as energias criadoras reprimidas e colocando-as a serviço da regeneração do organismo enfermo. Pensar a Constituinte de 1946 é pensar a noção de tempo: um passado que precisava ser julgado e punido; um presente que exigia urgência de soluções; um futuro que depositava todos os sonhos libertários; futuro “democrático” em que todos os brasileiros seriam livres. O presente era um tempo intermediário entre a ditadura e a democracia, a função do “agora” era resolver os problemas sociais e econômicos do país para que, assim, o futuro se tornasse presente.

As experiências vividas e as expectativas dos parlamentares refletiam-se no agora. As experiências recolhidas pelos integrantes da União Democrática Nacional focalizavam o passado como o Estado Novo, o passado era o governo de Vargas, e esse precisava ser eliminado do cenário político, uma vez que se constituía uma ameaça para os liberais da UDN. Vargas era ao mesmo tempo passado e presente. Os constituintes viviam, assim, um tempo intermediário em que o futuro ainda não estava estabelecido, era imprevisível, e o presente, que tinha como mandatário da República um antigo aliado de Getúlio Vargas, não conseguira romper definitivamente com o passado.

A recuperação do passado desempenhou um papel importante no debate sobre as ameaças presentes. Os riscos e temores eram parte integrante do vivido. Para os

¹ ALMINO, João. **Os Democratas Autoritários**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

udenistas era necessário romper com esse passado (Estado Novo) monolítico e arbitrário e proteger o país da repetição do golpe de 1937 que havia suspenso o sistema democrático. O tema constante da UDN era a denúncia da ordem política anterior e a construção de uma democracia. Em seu discurso havia a idéia de um projeto para o futuro democrático do Brasil, projeto de ruptura com o passado do Estado Novo, e que reinstalaria no futuro do país a democracia do passado anterior à Revolução de 1930.

A UDN era um grupo heterogêneo que tinha como ponto comum entre os seus partidários, simplesmente a oposição a Getúlio Vargas, era uma “comunhão de ódios”. O ódio recalcado criou uma solidariedade afetiva que, extrapolando as rivalidades internas, permitiu a reconstituição de uma coesão, de uma forte identificação de cada um com seu grupo.² A memória comum reforçou a coesão e marcou a identidade do grupo. Os pontos de contato dessa memória eram a traição, derrota, cárcere e exílio.

A sobrevivência das lembranças traumatizantes, de uma memória clandestina que destoava da “memória oficial”, acumulou ressentimentos e sofrimentos que não adquiriram escuta.³ A grande produção memorialística logo após a Revolução de 1930 e 32 demonstra uma tentativa de explicar os acontecimentos e justificar a derrota, entretanto, somente em 1946 o momento parecerá propício para a erupção dessa memória marginalizada que destoava do discurso modernizador de Vargas. Essa disputa de memória marcou reivindicações múltiplas traduzidas nos discursos e projetos dos constituintes daquele ano que possuíam diferentes formas de apreensão do passado.

O trauma da derrota e do arbítrio da ditadura foi “abafado” pela história em sua função geradora de sentido. A história eliminou os caminhos obscuros e complexos da memória. No que se refere ao período Vargas, temos uma história dos vencedores, porém a pluralidade que parte dos vencidos foi relegada a uma zona de sombras. Mas, os fatos traumáticos podem ter como efeito o seu retorno, uma vez que as lembranças permanecem vivas, esperando a oportunidade para emergirem. Com isso percebemos que a escrita da História se caracteriza como um espaço de conflito e de disputas de memória.

² Cf. ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia. **Memória (res) sentimento**. Indagações sobre uma questão sensível. São Paulo: UNICAMP, 2001.

³ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos – Memória**, CPDOC/FGV, n. 3, 1989.

Diz-se muitas vezes que a história é escrita pelos vencedores. Eles podem dar-se ao luxo de esquecer, enquanto os perdedores não conseguem aceitar o que aconteceu e são condenados a remoê-lo, revivê-lo, refletir sobre como poderia ter sido diferente. Analisar a atuação parlamentar dos udenistas na Constituinte de 1946, não significa fazer uma história dos vencidos, mas perceber as outras possibilidades de efetivação da própria História, isto é, evidenciar os projetos e percepções do tempo que não adquiriram um lugar na historiografia. Percebemos em seus pronunciamentos que os udenistas reinterpretaram o passado em função dos combates do presente e do futuro, e tentaram dar sentido a identidade e do grupo. Além disso, notamos que a imagem de Getúlio Vargas aparece nos discursos da oposição como traidor e escorregadio. A oposição traça um personagem que desde o início mostrou-se paradoxal e despistador. Getúlio tinha um “poder magnético”, o que torna a Revolução de 30 getuliana.⁴ Essa Revolução getuliana cria uma imagem do novo que rompe com as velhas oligarquias de políticos profissionais, os “cartolas que oprimiam o povo”. Nesse sentido, a partir do discurso oficial, 1930 aparece como marco fundador de uma nova era de modernização.

Entretanto, o discurso oficial entrou em crise no ano de 1945 com a deposição de Vargas, e o período conhecido como “redemocratização” tornou-se um momento propício para a emergência das memórias marginalizadas. É o momento em que o grupo udenista reinterpreta o passado e tenta apresentá-lo como um período autoritário, atrasado, “fascista” e distante das exigências dos novos tempos. Era necessário apagar os últimos resquícios desse passado, julgá-lo e puni-lo. O presente era o momento fértil para que se eliminasse o passado e projetasse um futuro democrático. Porém, o presente também era um momento de medo e apreensão, pois Vargas ainda estava à porta e muitos clamavam pelo seu retorno ao governo.

Cabia aos parlamentares da oposição defender o país contra a repetição do golpe de 1937, repetição que parecia iminente após a vitória de Vargas como Deputado e Senador mais votado do país. Para os udenistas, a desordem pública era reflexo da manipulação do ex-ditador, que teria conseguido, a despeito do 29 de outubro, manter viva a agitação queremista.⁵ Para os deputados da UDN, era necessário apagar o passado e criar meios que impedissem o seu retorno.

⁴ NOGUEIRA FILHO, Paulo. **Ideais e lutas de um burguês progressista**. O Partido Democrático e a Revolução de 1930. 2 ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1965.

⁵ Cf. ALMINO, João. **Os Democratas Autoritários**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

O escritor e crítico literário do **Correio da Manhã**, Álvaro Lins ao pronunciar-se sobre o projeto de Constituição de 1946 afirmou:

Li várias vezes esse projeto, e sempre com a impressão de que seus dispositivos pouco se ligavam ao espírito de nossa época e às condições do Brasil. Com a impressão fria de quem lê uma obra fora de seu tempo e de seu espaço, como se ela houvesse sido feita por um grupo de velhos acadêmicos, céticos, inatuais e semi-mortos, enrodilhados numa distante torre de marfim. As novas gerações não encontrarão nela o que esperam; e desse desencontro ninguém poderá imaginar quantas amarguras, desencantos e decepções irão envenenar a vida pública brasileira. Depois de oito anos de ditadura, os jovens brasileiros, que votaram pela primeira vez a 2 de dezembro, e que estavam ansiosos para servir o seu país, verificam agora, melancolicamente, que repetimos o espetáculo dos que nada aprenderam e nada esqueceram no ostracismo. [...] Não há opiniões diferentes. Se este projeto não for profundamente, essencialmente modificado, a Constituição de 1946 levará o Brasil ao marasmo ou à ditadura.⁶

Apesar de ser uma visão pessoal, sua crítica serve como balizador para que possamos avaliar como parte da intelectualidade encarava a Constituinte e seu trabalho naquele momento. Notamos que a idéia de tempo perpassa a afirmação do crítico. Para Álvaro Lins, os constituintes pareciam estar deslocados de seu tempo, como “céticos” e “semi-mortos” que habitavam uma “distante torre de marfim”. No entanto, o jornalista enfatiza o presente que parece deslocado e o futuro que corre o risco de, sob a Constituição de 1946, levar o Brasil à ditadura. O passado seria o tempo em que se encontravam presos aqueles constituintes “inatuais” que, ao preocuparem-se com o julgamento dos acontecimentos pretéritos, se esqueciam de sua principal tarefa: a elaboração da nova Constituição Brasileira.

O udenista Aliomar Baleeiro, constituinte baiano, classificou a Constituição de 1946 como um projeto conservador, clerical e em alguns aspectos até reacionário. Porém, ao realizar o memorável discurso da sessão do dia 12 de junho, Baleeiro enfatizou que esse caráter conservador da carta constitucional que se estava elaborando naquela Assembléia, não era negativo, pelo contrário, ao embasar a Constituição de 1891 buscava preservar aquilo que durante quarenta anos assegurou ao Brasil um regime de paz e progresso. Segundo o deputado, ninguém poderia contestar que os primeiros quarenta anos do regime republicano presidencial foram de prosperidade

⁶ LINS, Álvaro. **A glória de César e o punhal de Brutus. Ensaios e estudos (1939-1959)**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963, p. 245. v. 42. Coleção “Vera Cruz”.

econômica, de desenvolvimento da capacidade potencial do país e de paz que só se interrompeu em 1930.

Tanto o jornalista Álvaro Lins quanto o deputado udenista Aliomar Baleeiro, viam a Constituinte como uma Assembléia presa ao passado. Porém, enquanto o jornalista destaca esse caráter retrospectivo da Carta Constitucional como um ponto negativo para a nação, o deputado baiano, via esse retrocesso de maneira positiva, uma vez que a “Primeira República” representou melhores tempos do que o período inaugurado por Getúlio Vargas em 1930.

Através da ótica do deputado udenista, notamos uma percepção do passado distinta da visão que se institucionalizou e foi consagrada pela memória e história. Os correligionários de Vargas possuíam uma interpretação do passado totalmente diversa da visão de Aliomar Baleeiro, pois de acordo com o discurso “vencedor” o passado, a chamada “República Velha”, foi marcado pelo atraso e pela corrupção dos políticos “carcomidos”.

No plenário da Assembléia Constituinte de 1946, os discursos dos parlamentares demonstram, não só as disputas partidárias, mas, as disputas de memória. Como afirmou o deputado Monteiro de Castro, os parlamentares se assemelhavam “à esposa de Lot” sempre olhando para trás e preocupados com o passado. O líder do PSD, Nereu Ramos, pediu aos colegas que esquecessem o passado. Por sua vez, Otávio Mangabeira, líder da UDN, afirmou que o passado fornecia-lhes a experiência e lição para o presente, demonstrando a necessidade de novas práticas naqueles novos tempos.

Até certo ponto, Monteiro de Castro tinha razão, a Constituinte de 1946 estava presa ao passado. A recuperação dos acontecimentos pretéritos desempenhou um papel importante no debate sobre as ameaças presentes. Os riscos e temores eram parte integrante do vivido. Para os udenistas havia um fosso entre o passado e o presente, era necessário romper com esse passado monolítico e arbitrário e proteger o país da repetição do golpe de 1937 que havia suspenso o sistema democrático. O tema constante da UDN era a denúncia da ordem política anterior e a construção de uma democracia. Em seu discurso havia a idéia de um projeto para o futuro democrático do Brasil, projeto este que representava uma ruptura com o passado do Estado Novo, e que reinstalaria no futuro do país a democracia da primeira República.

O tema preferido dos parlamentares udenistas era, sem sombra de dúvidas, o Estado Novo. Otávio Mangabeira vangloriava-se pela sua prisão e exílio no período em

que ser contra Vargas era um perigo e uma questão de coragem. Por sua vez, Euclides Figueiredo propôs a criação de uma Comissão que julgasse os atos delituosos do governo Vargas. Na mesma linha, Alde Sampaio fazia um julgamento da política econômica do Estado Novo e, finalmente, Aliomar Baleiro afirmou que o único culpado pelas crises do presente era Getúlio Vargas. Os saques, racionamento de alimentos, inflação, crimes da Polícia Especial e outros problemas do período, não eram de responsabilidade do governo Dutra, mas, o verdadeiro responsável por tudo isso era aquele senador que passava pela Assembléia e sentava ao lado do Deputado Souza Costa.

Getúlio era o grande ausente no plenário, era o sujeito oculto.⁷ Em seu primeiro pronunciamento na Assembléia Constituinte de 1946 pronunciou simplesmente doze palavras, assim mesmo porque foi provocado a fazê-lo. Na sessão do dia 31 de agosto respondeu aos seus algozes e nunca mais se pronunciou. O ex-presidente foi o único parlamentar que não assinou a Constituição de 1946, e ironicamente, essa foi a única Carta Constitucional que, enquanto governante, Getúlio não conseguiu rasgar. A sua atitude indiferente aos trabalhos da Assembléia demonstrou o seu desprezo pelo poder legislativo que já era evidente quando este revogou tanto a Constituição de 1891, quanto a de 1934.

O incidente envolvendo a posse de Vargas como senador em 1946, demonstrou os ressentimentos e exaltação que persistiam entre as vítimas e algozes do Estado Novo eleitos para a Constituinte de 1946. Várias vezes a posse do ex-ditador foi adiada devido à exaltação dos Constituintes. Vargas recusara-se, em seu segundo e último pronunciamento parlamentar, a discutir e remoer o passado recente do estadonovismo, isso era inadmissível para aqueles Constituintes que não podiam esquecer o passado “traumático”.

De acordo com Octaciano Nogueira, ao ser deposto em 1945, Getúlio Vargas já não era um homem, era um mito. Ao suicidar-se em 1954, como sua carta nos mostra, não morreu. Saiu da vida para entrar na história. O homem mais poderoso do país, o mais prestigiado dos políticos brasileiros, durante os quinze anos de seu governo jamais recebera um voto popular. Porém, trinta e três dias depois de ser deposto, tornou-se o brasileiro mais votado no país. Isso justifica o alvoroço que seu retorno ao cenário

⁷ NOGUEIRA, Octaciano. **A Constituinte de 1946**: Getúlio, o sujeito oculto. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

político causava na oposição. Carlos Lacerda sugeriu que usassem uma fita preta em sinal de luto pelo seu regresso. Aos olhos do povo era o retorno do mártir banido. Aos olhos da UDN, era o retorno da ameaça getulista.

De acordo com Carlos Lacerda, na véspera da posse de Getúlio, os udenistas se reuniram para discutirem a “recepção” que dariam ao algoz. Decidiram que Otávio Mangabeira discursaria elogiando as Forças Armadas pela sua conduta em 29 de outubro de 1945. Ainda segundo Lacerda, quando alguém disse: “– Se o Getúlio reagir?” Virgílio de Melo Franco, que tinha conspirado com Getúlio e o conhecia, afirmou: “– Conheço o Getúlio como a palma da minha mão. Tomado de surpresa, vai reagir como um coelho. Não terá a menor reação e não saberá o que fazer”.⁸ De certa forma Virgílio de Melo Franco tinha razão.

Em 04 de junho Getúlio compareceu à Assembléia para tomar posse. Quando era lido o compromisso, ouviu-se do fundo do plenário uma voz não identificada, gritando para que todos ouvissem: “que não seja como o juramento de 34!” Numa referência à Constituição que Getúlio jurou e rasgou três anos depois com o golpe do Estado Novo. Logo em seguida, Otávio Mangabeira pediu a palavra afirmando ser portador de dois documentos subscritos por vários membros da Assembléia, que solicitavam a votação de uma moção louvando as Forças Armadas por sua participação em 29 de outubro de 1945.

Como era de se esperar a proposta do líder udenista causou grande tumulto. Os partidários de Vargas tomaram a frente na reação, porém o ex-ditador não se pronunciou e, como deduziu Virgílio de Melo Franco, agiu como um “coelho”, ouvindo, sem nenhuma reação, a Assembléia discutir sua atuação e julgá-lo. Coube a Souza Costa, seu ex-ministro, tentar defendê-lo:

O SR. SOUZA COSTA – [...] meus senhores, quero nesse instante registrar também uma circunstância para que a história fixe. Há poucos dias ainda, falando em Porto Alegre, ao regressar de um exílio de cinco meses...

Vários senhores representantes – Oh! Oh!

O Sr. Aureliano Leite – Exílio sofremos nós. O Sr. Getúlio Vargas não.

O SR. SOUZA COSTA – ... declarou que seu desejo era a união dos brasileiros (**apartes**); congratulou-se com a oposição pelo apoio que mostra querer dar ao governo da República [...] No entanto o Sr. Otávio Mangabeira, esquecido da grandiosidade do momento (**protestos da minoria**), escolhe o instante da posse do Senador, para

⁸ LACERDA, Carlos. **Depoimento**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.

vir aqui [...] enviar as acusações que faz ao governo passado. Estas minhas palavras servem, apenas, para que se registrem as atitudes e a opinião pública, no seu **verdictum** supremo, saberá julgar os dois homens.⁹

Apesar das palavras de Souza Costa, o fiel escudeiro de Getúlio Vargas na Constituinte de 1946, a “Moção Mangabeira” foi aprovada representando, assim, a primeira grande vitória da UDN e unanimidade dentro do partido, este conseguiu arraigar alguns votos dos próprios colegas de bancada de Vargas. O episódio demonstra que apesar das ambigüidades e da heterogeneidade da UDN, o partido mantinha-se coeso quando o assunto era fazer ferrenha oposição a Getúlio Vargas.

O incidente envolvendo a posse de Vargas na Assembléia de 1946 demonstrou os ressentimentos e rancores dos integrantes da UDN. Pela primeira vez em sua existência como partido, a UDN conseguiu ser unânime. Assim como o PTB gravitava em torno de Getúlio, o PCB em torno de Prestes e o PR em torno de Artur Bernardes, a oposição orbitava em torno da UDN. E nesse partido cada um tinha sua própria trajetória, haviam os que tinham sido e os que nunca foram amigos, antigos companheiros e colaboradores de Vargas que no decorrer do percurso tinham se desentendido com o ditador. Tudo isso tornara a UDN um partido complexo, e essa complexidade afetava seu sistema interno de poder. A União Democrática Nacional era um “anti-partido”, naquele período era anti-Vargas, para depois se tornar anti-juscelino e anti-jango. Como afirmou Nogueira,¹⁰ a UDN estava fadada a ser oposição e nunca governar, morreu virgem, sem jamais assumir o poder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao realizamos a leitura dos discursos parlamentares dos udenistas na Assembléia Nacional Constituinte de 1946, movidos pela inquietação inicial de perceber através daqueles pronunciamentos os arremates da memória na teia tecida pela história, bem como a percepção de tempo daqueles personagens históricos que representavam a identidade do grupo depositado na década de 1930. Partimos da perspectiva de que a memória, assim como a história, elabora sentido e pode representar

⁹ **Anais da Assembléia Nacional Constituinte**, Rio de Janeiro, 04 de junho de 1946, p. 227. Disponível em: <<<http://imagem.camara.gov.br/publicações>>>. Acesso em: 13/10/2007.

¹⁰ NOGUEIRA, Octaciano. **A Constituinte de 1946: Getúlio, o sujeito oculto**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

as múltiplas percepções do vivido. Portanto, para perceber as diferentes formas de ver o passado naquele período, partimos da memória, uma vez que a história eliminou contingências e destituiu de sentido aqueles que não se enquadravam no discurso oficial, discurso que interpretou a “Era Vargas” como um divisor de águas entre o “velho e o Novo”, bem como a fundação de um “Brasil moderno”.

Os parlamentares udenistas que integraram a Constituinte de 1946 interpretaram o passado de forma totalmente diferenciada do discurso oficial que foi institucionalizado e sucessivamente filtrado pela historiografia. Esses parlamentares demonstram uma percepção do passado, presente e futuro marcada pela derrota, pelo trauma e pela expectativa de uma democracia sem Getúlio Vargas.

A elite deposta em 1930 tomou como ponto em comum o anti-varguismo. Mesmo com a deposição de Getúlio Vargas em 1945, a Assembléia Constituinte de 1946 foi marcada por uma revisão do passado e do regime varguista. A UDN reinterpretava o passado marcado pelo trauma e ressentimentos de seus partidários em relação ao governo Vargas. Em contrapartida o PSD e PTB, partidos aliados a Getúlio, apesar de não se prenderem tanto ao passado, tentavam demonstrar a veracidade do discurso oficial: “Vargas era o pai dos pobres e fundou um Brasil moderno rompendo com os políticos ‘carcomidos’ da primeira República”.

O tempo histórico é marcado pela tensão entre experiência e expectativa, uma vez que a relação de uma sociedade com o seu passado e futuro varia.¹¹ A sociedade brasileira passou por um período de transformação na década de 1930, daí por diante se instituiu uma nova forma de ver o tempo. Alguns conceitos adquiriram sentido amplo, **Revolução de 1930, oligarquia e tenentismo** passaram a dar sentido à experiência contemporânea e reivindicar determinadas perspectivas para o devir. A historiografia assumiu esse discurso e, utilizando os amplos conceitos como ferramentas analíticas do passado, destituiu os acontecimentos e sujeitos históricos de sentido próprio.

Segundo Lucien Febvre, “o passado é uma reconstituição das sociedades e dos seres humanos de outrora por homens e para homens engajados na trama das sociedades humanas de hoje”.¹² Esse refazer e reinterpretar do passado não sofrem influências

¹¹ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC – Rio, 2006.

¹² Apud CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p. 22.

somente do contexto atual, mas o próprio presente é influenciado pelos acontecimentos pretéritos; é necessário analisar o que os homens de cada tempo conheciam do passado, e como eles se percebiam, pois há uma relação transcendental entre passado e presente e existem diversas modalidades de fabricação e percepção dos acontecimentos.¹³

A análise da participação da bancada udenista na Constituinte de 1946 demonstrou a sua forma de pensar os acontecimentos pretéritos e interpretá-los. Além disso, percebemos o passado e futuro contidos no presente. Ou seja, o futuro não era uma simples consequência do passado, mas a tensão entre a experiência e a expectativa. Ao buscarmos caracterizar os principais projetos políticos da UDN, nos deparamos com projetos voltados para o passado, projetos que demonstram a tentativa de eliminação dos resquícios do governo Vargas. Além disso, podemos perceber a relação entre o político e o afetivo, pois os ressentimentos e traumas moviam os principais projetos e debates daqueles parlamentares.

Assumimos a perspectiva de que a elite derrotada representava uma “memória marginalizada” que conseguiu vir à tona na Constituinte de 1946. Esse grupo tentou institucionalizar sua memória e reconstruir o passado. Entretanto, Vargas ainda estava à porta e retornaria em 1950. O grupo deposto não conseguiu instituir sua representação do tempo histórico, nesse sentido, o discurso vencedor ganhou consistência e silenciou aquele grupo que passaria a ser representado pela historiografia como a “oligarquia” da “República Velha”. Desde então, essa “oligarquia” tem sido chamada para testemunhar no tribunal da história, simplesmente para corroborar com o sentido de ruptura que a Revolução de 1930 assumiu e instituiu através dos tempos. Os projetos e interpretações do tempo daquele grupo deposto, foram destituídos de sentido para integrarem o geral já dado.

Conforme Michel de Certeau,¹⁴ a historiografia tende a provar que o lugar onde ela se produz é capaz de compreender o passado, finge no presente o privilégio de recapitular o passado num saber. Esse procedimento se simboliza na escrita em sua relação com um novo recorte de espaço no tempo. Portanto, o passado é, também, ficção do presente, é um misto indissociável de lembranças e trabalho do tempo. Nesse

¹³ MASTROGREGORI, Massimo. *Historiografia e tradição das lembranças*. In: MALERBA, Jurandir.(Org.). **A História escrita**: teoria e história da historiografia. São Paulo: Contexto, 2006.

¹⁴ Cf. CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

sentido, a análise da historiografia nos revela, não somente as suas sucessivas filtragens através do tempo, mas a relação de cada **agora** com o acontecimento.

A memória pode evidenciar os sonhos não realizados, as promessas não-cumpridas e a insatisfação do presente. A análise dos discursos parlamentares udenistas explicitou os liames entre política e afetividade, evidenciou a tensão entre espera e experiência diante das incertezas do mundo e, principalmente, revelou que a relação entre história e memória deve ser problematizada, uma vez que a memória apresenta múltiplas percepções do vivido, e ao aproximar-se da historiografia se submete a uma negociação e seleção.

Diante do que foi analisado, assumimos a convicção de que memória e história estão intrinsecamente relacionadas. A relação é complicada, porém, necessária na construção do conhecimento histórico. Ao contribuir com a constituição da teia da história, a memória também explicita o seu lugar no conhecimento. Nessa perspectiva, mesmo que os fatos já estejam consolidados, cabe ao historiador revolvê-los, pois “fatos” são apenas camadas tecidas pela relação entre história e memória. Ao revolver os fatos temos como resultado da escavação cacos, fragmentos e imagens desprendidas. Esses rastros do passado tentam manter a presença do ausente, porém são selecionados pelo historiador que garantirá a sepultura dos que se foram. Parafraçando Halbwachs,¹⁵ a história, com efeito, assemelha-se a um cemitério onde o espaço é medido e onde é preciso, a cada instante, achar lugar para novas sepulturas.

¹⁵ HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.